

DIÁRIO	FILE
BI	4
Jornal: Correio da Bahia	
Data: 26/10/2003	
Caderno:	Página:
Seção:	
Assunto: BAIRRO DOIS DE JULHO	

CORREIO DA BAHIA

Salvador, terça-feira, 28 de outubro de 2003

INFRA-ESTRUTURA

Casarão em ruínas vira ponto de concentração de lixo e ratos

Jairo Costa Júnior

Os moradores da Rua Areal de Baixo, localizada nas imediações do Largo Dois de Julho, Centro Histórico de Salvador, vêm protestando há cerca de quatro meses contra uma situação classificada por eles como "insuportável". O motivo: um casarão em ruínas datado do final do século XIX, que desabou parcialmente em junho deste ano, e desde então, se tornou ponto de concentração de lixo, ratos e insetos, além de servir de abrigo para marginais. De acordo com a Subsecretaria Municipal para Assuntos de Defesa Civil (Codesal), o imóvel ainda apresenta risco eminente de desabamento.

Roberto Gomes, zelador do Edifício Serafim Barros, afirmou que desde o desabamento, os moradores da rua são obrigados a agüentar o intenso mau cheiro provocado pela grande quantidade de lixo

encontrado no interior do imóvel, em especial, nos dias de chuva. "Ninguém suporta mais esta situação. Imagine que os ratos agora saem de lá (do casarão) e invadem as casas e os prédios", declarou Gomes.

Gomes reclama ainda "dos ladrões que entram no casarão para usar drogas e se esconder". "Estes dias eu peguei um grupo deles com uma escada de madeira tentando entrar aqui (no edifício onde trabalha) pelos fundos", contou. Um comerciante da área, que não quis se identificar, confirmou a informação fornecida por Gomes: "Os marginais usam direto isso aí como ponto".

Cortiço - De acordo com o diretor geral da Associação Comunitária do Largo Dois de Julho e Adjacências (Aclaj), José Dias, o lixo encontrado no interior do imóvel — com uma altura aproximada de 1,5m — é originado dos moradores de um cortiço situa-

do em frente ao casarão, que jogam entulho diariamente no local. Dias conta que é comum encontrar animais mortos no local.

"A Limpurb (empresa responsável pela limpeza urbana de vias públicas da capital baiana) já esteve aqui, mas tirou apenas o lixo das portas do casarão e colocou um tapume para fechar a entrada, que depois foi retirado", relata Dias. Ele afirmou que a Aclaj tentou promover há alguns dias um mutirão para limpar o imóvel, mas a Limpurb teria declarado o procedimento perigoso.

O risco a que se refere a Limpurb tem origem em uma vistoria realizada pela Codesal, que condenou o imóvel por conta de risco iminente de desabamento. "Os moradores da casa ao lado (a de nº 13) tiveram que sair de sua residência, porque a parede lateral do casarão pode cair a qualquer momento", relatou Gomes.

Responsabilidade duvidosa

Achar a responsabilidade sobre o casarão de nº 15 da Rua Areal de Baixo é semelhante a um dos 12 trabalhos do mítico herói grego Hércules. Ou pior, por entrar no famigerado jogo de empurra. Pelo Decreto 8.529, de 14 de maio de 2003, o governador Paulo Souto declarou o imóvel (e mais dezenas de outros) de utilidade pública, para fins de desapropriação. Contudo, até o momento, o processo ainda não foi concluído.

A reportagem contou, por telefone, que Sérgio Harfush disse ser um dos proprietários do imóvel. "Na verdade, o casarão está em nome de Michel Harfush, meu pai, e outros", afirmou. Ele disse que não procedeu ainda a limpeza do local porque ele está em vias de ser desapropriado e também porque integra o Centro Histórico de Salvador, que é protegido por lei. "Nem a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia) nem o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) me deixam tocar nele", alegou.

A Conder retruca a alegação de Harfush. Através de sua assessoria

de imprensa, o órgão declarou que o casarão realmente integra o conjunto de preservação do Centro Histórico. Entretanto, o proprietário se impediu de realizar ações que modifiquem a estrutura e o padrão arquitetônico do imóvel. A manutenção e a limpeza do local, segundo a Conder, seriam de inteira responsabilidade do dono e não estariam proibidas por lei.

Sobre o decreto que ordena a desapropriação do imóvel, a Conder garantiu que ainda não foi expedida a imissão provisória de posse, instrumento que tornaria o estado responsável pelo casarão. O órgão afirmou que, enquanto os trâmites judiciais não forem concluídos, cabe ao dono zelar pela sua propriedade. Harfush confirmou que ainda não tinha dado entrada nos papéis para agilizar a desapropriação, por motivos de saúde e problemas de ordem pessoal. Ao final do contato, ele pede para não ser citado na reportagem, "pois o pessoal da rua (Areal de Baixo) vai ficar me ligando o tempo todo, querendo que eu resolva o problema".

À espera do laudo da Codesal

Eli Python, gerente interino da Limpurb, afirmou que só está aguardando o laudo de avaliação da Codesal para proceder à retirada do lixo no interior do casarão. "Há uma preocupação nossa muito grande em limpar a área, mas o engenheiro de segurança que presta serviço para a Limpurb não permitiu", assegurou Python.

"Se o imóvel desabar, os proprietários serão responsabilizados penalmente", garantiu o gerente de Engenharia da Codesal, José Roberto Casqueiro. No entanto, Casqueiro admitiu que a iminência de risco de vida para terceiros permite que a defesa civil intervenha diretamente no imóvel, pedindo seu escomento ou até demolição. Porque isso até agora não foi feito, ninguém responde.

A Superintendência de Controle, Uso e Ordenamento do Solo do Município (SUCOM) afirmou que os proprietários de imóveis antigos alegam sempre falta de recursos para realizar a manutenção de suas propriedades, embora eles sejam obrigados pela legislação. O órgão informa que já notificou o dono do casarão, mas ele não respondeu. A SUCOM disse ainda que mandaria novamente uma equipe de fiscalização hoje ao local.